



## Presença negra no planalto catarinense.

Renilda Vicenzi\*

**Resumo:** O texto a seguir aborda de forma preliminar a presença de escravos negros no planalto catarinense. Neste espaço, tivemos a formação de uma sociedade escravista, em que o escravo negro desenvolveu atividades econômicas, sociais e culturais, logo, sua participação no trabalho extensivo e cotidiano transformou as relações até então existentes. O caminho das tropas e a efetivação da criação de gado propiciaram o estabelecimento de fazendas, fazendeiros e seus escravos. Ressaltamos que os censos, realizados na segunda metade do século XIX, demonstram um crescimento significativo da população lageana escrava, oriunda principalmente do sudeste brasileiro.

**Palavras-chave:** escravos; fazendas; gado.

**Abstract:** The following text broach preliminary the presence of black slaves in the catarinense plateau. In this space, we had the formation of a slavery society, where the black slave developed economic, social and cultural activities, therefore, their participation on extensive work and daily life transformed the existing relations till then. The cattle breeders way to north and the effective cattle breeding propitiated the establishment of farms, farmers and their slaves. Please note that, the census fulfilled in the second half of the 19th century, demonstrates significant growth of slave populations around de plateaus of the Lages city, come mainly from Brazilian south-east.

**Keywords:** slaves. farms. cattle.

### *Além do branco, o negro em Santa Catarina: algumas considerações.*

A composição étnica de Santa Catarina é assim definida: majoritariamente descendentes de alemães e italianos e minoritariamente, indígenas e negros. Esta concepção tem por pressupostos os homens que passaram a viver nesta província a partir do século XIX, isto é, as levas imigratórias de alemães e italianos.

---

\* Doutoranda em História – Unisinos / São Leopoldo/RS. Professora do Curso de História da UFFS – Campus Chapecó.



Podemos dizer que o indígena foi desterritorializado com a chegada dos “colonizadores” europeus e seus descendentes, refugiando-se em espaços de difícil acesso e com declínio demográfico significativo.

O negro – africano ou descendente - trazido como escravo fora submetido a um sistema de escravidão que lhe roubou a identidade, tendo sua vida periferizada pela ordem política e econômica. O significado de ser negro no contexto de exaltação do europeu não possibilitou a inserção dele na vida política, seja através da ideologia do branqueamento ou pelas práticas de discriminações cotidianas.

Em muitos momentos esquecidos pelas políticas públicas e pesquisas científicas, os negros deixaram de fazer parte do perfil étnico do Sul do Brasil. Ou invisibilizados pelas várias formas de representação literária e política, foram segredados social e espacialmente, de modo a serem tratados como não existentes. Significativa parcela da literatura catarinense de inspiração positivista atribui todo o ‘sucesso’ e progresso econômico do Estado exclusivamente à tradição européia, ocorrendo uma participação reduzida do escravo negro na formação étnica catarinense. (LEITE, 1996, p. 40-41)

Pesquisas tradicionais sobre os descendentes de africanos em Santa Catarina afirmam sua especificidade com relação a outras regiões do país. Primeiro, pelo passado colonial, afirmar que o negro teve e tem presença rara, inexpressiva ou insignificante, atribuindo a isso a inexistência de um sistema escravista. Segundo, que existiram relações mais democráticas e igualitárias, em função do modelo econômico e de um menor contingente de escravos. Reproduziram-se representações simplistas para o pano de fundo do papel desempenhado pelos negros, e contribuindo, assim, para uma simplificação da história do escravo<sup>1</sup> negro.

De acordo com Cabral: “[...] não é, pois de admirar, com a reduzida percentagem de cativos existentes em Santa Catarina que nada ou quase nada tenha ficado em nossa literatura e em nossa história a respeito”. (CABRAL in LEITE, 1996, p.44). Criaram-se mitos a cerca da escravidão, como, evidenciando que os senhores possuíam menor número de escravos e trabalhavam lado a lado com eles, ou, os negros eram raros e não ameaçavam os interesses dos brancos.

No litoral eram pequenas e médias propriedades, opondo-se ao sistema de *plantation* do restante da colônia. O território aparece vazio de gente e de impulsos econômicos para

---

<sup>1</sup> Walter Piazza em sua obra ‘o escravo numa economia minifundiária’, realiza nas conclusões (p.219-220) afirmações acerca da pouca participação do negro na economia da Capitania e depois Província de Santa Catarina.



projetá-lo no cenário nacional. Num primeiro momento é apenas ponto de apoio da navegação para a bacia do Prata e no interior da Província, como rota do charque, isto é, terras de passagem.

É importante não somente analisarmos o grau de contingentes de escravos como também o próprio trabalho escravo. Não podemos simplificar a pesquisa e a análise histórica comparando o nordeste na atividade canvieira com Santa Catarina na atividade da pesca e do gado. Os dados estatísticos apontam para a participação da mão de obra escrava na província catarinense durante os séculos XVIII e XIX. Nenhuma região brasileira (maior ou menor grau) passou sem a mão de obra escrava africana ou indígena. Em Santa Catarina, fizeram parte das expedições de conquista e ocupação, da construção dos fortes, nas fazendas de gado, nas armações baleeiras, servindo aos funcionários do governo, aos serviços de navegação e cabotagem (costeira), aos comerciantes, aos serviços domésticos, enfatizando-se o comércio e a pesca, mas o setor agrícola absorveu uma grande quantia (no cultivo da terra). (CABRAL, 1987, p. 167)

No entanto, a identidade de Santa Catarina se construiu pela negação do negro:

O Estado não dependeu da mão de obra escrava. (...) os negros que aqui ficaram foram suplantados pelo contingente de imigrantes. (...) Graças à imigração, regiões antes mergulhadas no atraso e na estagnação se desenvolveram e progrediram. (...) Foram a raça, o vigor e a superioridade do imigrante europeu, assim como o seu trabalho e a sua inteligência, que construíram um sul desenvolvido. (...) Ao contrário de outras regiões, foi a não dependência da mão de obra escrava, principalmente, que possibilitou tudo isso. (...) O preenchimento deste espaço com uma raça superior (...) a sua vocação européia pôde desenvolver-se graças à ausência do Negro. (LEITE, 1966, p. 49).

Porém, destacamos a presença escrava nas diferentes regiões da província catarinense. Os primeiros negros trazidos foram para Desterro, na condição de escravos, pelos imigrantes açorianos. O número de escravos por família era pequeno e estes desenvolviam vários ofícios. No planalto, denominado *campos das lagoas*, o negro vem principalmente para a atividade de criação de gado e extração de madeira.

Neste sentido, pensar a história de Santa Catarina requer situá-la em torno das levas (i) migratórias e suas atividades econômicas realizadas ao longo do período colonial e imperial. O povoamento português remonta o século XVII com contingentes migratórios oriundos de São Vicente. Os primeiros núcleos populacionais se estenderam ao longo do litoral, onde se

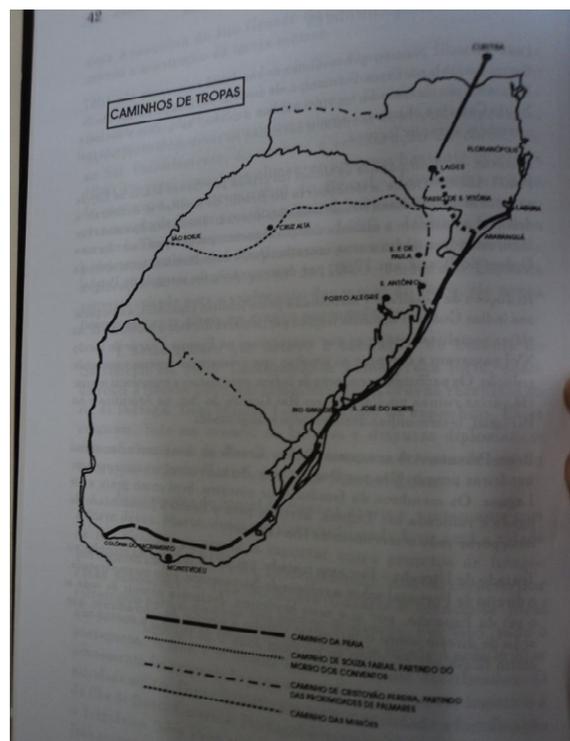


formaram as primeiras vilas como de Paranaguá (1648) e São Francisco do Sul (1660), e após, pelo interior até a margem esquerda do rio da Prata com a fundação da colônia de Sacramento (1680).

A ilha de Santa Catarina começou a ser povoada em 1673, através de uma concessão ao paulista Francisco Dias Velho e, a partir do século XVIII, o povoamento foi efetivado com a chegada de casais açorianos, que passaram a realizar atividades voltadas à pesca, artesanato e agricultura. No vale do Itajaí, nos séculos XVIII e XIX, adotou-se a fixação de imigrantes europeus, em especial italianos e alemães, em pequenos lotes de terra (colônia), cujo meio de sobrevivência era a agricultura braçal. No planalto central, efetivou-se a criação de gado associada ao caminho das tropas.

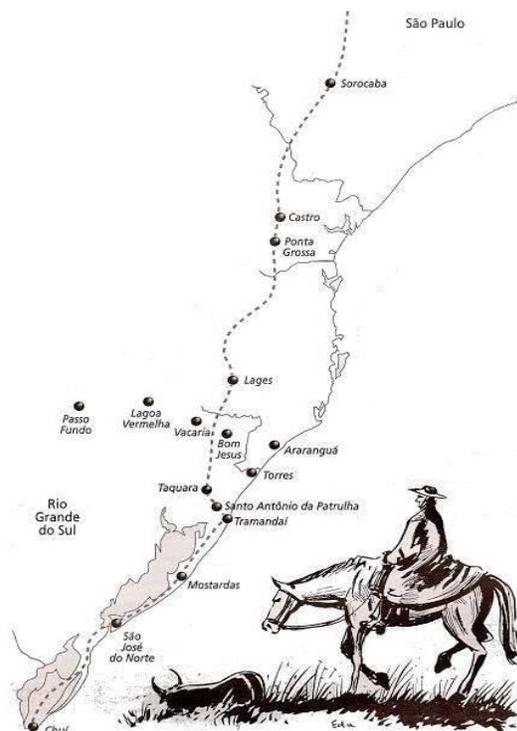
*Caminho das Tropas*: Mapas que demonstram Lages como ponto de integração para os caminhos que ligavam o Sul ao Sudeste brasileiro.

Mapa 01



Fonte: SANTOS, 2004.

Mapa 02



Fonte: EHLKE, 1989.



Caminhos conforme Mapa 01 – Legenda:

1. Caminho da prata: Colônia de Sacramento ↔ Montevidéu ↔ Rio Grande ↔ São José do Norte ↔ Araranguá ↔ Laguna.
2. Caminho de Souza Farias, partindo do Morro dos Conventos (1771/72) :  
Araranguá ↔ **Lages**. Liga-se ao caminho 1.
3. Caminho de Cristovão Pereira, partindo das proximidades de Palmares: Litoral norte de São Pedro ↔ Santo Antônio ↔ São Francisco de Paula ↔ Passo de S. Vitória ↔ **Lages**.
4. Caminho das missões (1816): São Borja ↔ Cruz Alta ↔ Passo de S. Vitória ↔ **Lages**.

De acordo com o viajante alemão Robert Avé-Lallemant, ao visitar os campos de Lages em 1858: “Todo meu desejo e esperança de repouso estavam em Lages, lugar principal do planalto, [...]”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 67). De Lages em direção aos campos de Curitiba e São Paulo. O tropeirismo dos séculos XVIII e XIX foi responsável pela abertura de estradas e caminhos que ligaram o litoral ao interior. Neste sentido, o planalto passa a servir de elo para o transporte de mercadorias destinadas ao centro comercial da colônia portuguesa.

A estrada dos Conventos ou Caminho de Souza Farias, seguindo em direção a Sorocaba, foi responsável pela inserção dos campos de Lages. Logo, este trânsito de animais e homens possibilitou a criação da Vila de Lages no século XVIII. Nos campos de Lages, a vida econômico-comercial não dependia exclusivamente do mercado externo, mas do mercado paulista e mineiro<sup>2</sup>.

### *Nos campos das Lagens*

Os paulistas fundaram Lages em 22 de maio de 1771, no contexto do estabelecimento do caminho das tropas. Além do município de Lages, Curitibaanos se desenvolveu no caminho entre Lages e Sorocaba, isto é, pouso de tropeiros e, em 1864, passou a ser município. Campos Novos receberá homens de Lages e de Curitibaanos e elevado a município em 1881. Lages, Curitibaanos e Campos Novos compunham, no século XIX, o planalto ou região dos

---

<sup>2</sup> Na obra História Geral da Civilização Brasileira, organizada por Sérgio Buarque de Hollanda, volume 2, há referência da ocupação das terras do Brasil Meridional enfatizando o fornecimento de mulas e gado para São Paulo e para as Minas. (p. 475-476).



campos catarinense, com semelhanças significativas nos âmbitos político, econômico, social e cultural.

Evidencia-se que o desenvolvimento econômico e demográfico dos campos de Lages, nos séculos XVIII e XIX, esteve relacionado diretamente à atividade pastoril e ao comércio do gado, no caminho das tropas, interligando a região com outras províncias e utilizando escravos nestas atividades. Neste sentido, Nilsen Borges enfatiza:

Em um contexto mais amplo, em conformidade com estudos recentes sobre a importância da escravidão no mercado interno e na dinâmica da economia de abastecimento [...] Lages estava ligada às demais localidades e províncias [...], não apenas pelos caminhos das tropas e comercialização de animais, mas também pelo grau de importância da mão-de-obra cativa na estratificação sócio-econômica. (BORGES, 2005, p.165).

O planalto catarinense, ou ‘região dos campos’ de Lages, insere-se no contexto de ampliação do caminho das tropas, isto é, a ligação entre o Sul e o Sudeste brasileiro. É a partir do século XVIII que começa a povoação da região ligada ao estabelecimento do gado muar, vacum, cavalari (cavalos, éguas, burros e potros) e ovinos.

Conforme Machado: “Com o caminho das tropas, formou-se um longo curso de fazendas de internada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorda do gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha”. (MACHADO, 2004, p. 61).

O povoamento ocorreu tendo em vista dois processos. O primeiro relaciona-se à continuidade dos campos de Curitiba em direção ao Sul, organizado por criadores de gado e por incentivo do Estado no século XVIII, daí a vila de Lages ter sido fundada por Corrêa Pinto<sup>3</sup> a mando do presidente da província de São Paulo, o Morgado Matheus. Segundo Cabral,

Corrêa Pinto chegou ao local que lhe fora indicado, nas Taipas em novembro de 1766 e logo tratou de levantar um a capela de madeira, colocando-a sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, da especial devoção do Morgado. Teve, entretanto, de mudar por três vezes, o local da fundação, devido à impropriedade do terreno, até que, a 22 de maio de 1771, reuniu os habitantes e declarou fundada a vila de N. Sra. Dos Prazeres das Lages [...]. Corrêa Pinto permaneceu na vila, [...]. Dela, entretanto, partiram os pioneiros

<sup>3</sup> O capitão-mor regente e fundador, Antônio Correia Pinto de Macedo, tinha 60 anos de idade em 1777. Morreu em 1783. (PEREIRA, p. 111 - 125)



que descobriram e desbravaram os Campos Novos e Curitibanos [...].  
(CABRAL, 1987, p. 74-75)

O segundo, iniciado no século XIX, partiu da província do Rio Grande do Sul, com famílias oriundas dos campos de Vacaria e de Passo Fundo. À medida que as paragens de gado aumentavam, novas vilas criavam-se, atraindo cada vez mais homens ligados à pecuária. Ambos identificados pelo mapa Caminho das tropas acima.

No planalto dos campos gerais da província catarinense, a presença de africanos esteve, sobretudo, relacionada à atividade dos tropeiros. O tropeirismo era realizado entre São Paulo e São Pedro do Rio Grande, locais onde a escravidão era presente, e no caso do último relacionado com a pecuária. De acordo com Conrad: “No Rio Grande do Sul, [...]. A escravatura permanecia importante na indústria do charque e, assim, a população cativa da província ainda era grande em 1884.” (CONRAD, 1987, p. 247).

A presença escrava no planalto catarinense foi parte do processo de povoamento e exploração realizado pelos paulistas em direção ao Sul. Para Joana Maria Pedro:

No século XVIII, caçando o gado solto e selvagem nos vastos territórios entre a Capitania de São Vicente e a Colônia de Sacramento e levando-o através de Santa Catarina para as áreas de mineração. Nessa atividade destacou-se [...], a região do Planalto, especialmente Lages. (PEDRO, 1988, p. 15).

Presas a esta realidade, onde prevaleceu a continuidade da ‘estância’ riograndense, temos a formação populacional do planalto.

No ano de 1728, Francisco Souza Faria conseguiu abrir uma picada que subia pelo rio Araranguá, atingia os campos de Lages e daí seguia para Curitiba e São Paulo. Por esse novo caminho, o gado aprisionado no Rio Grande passou a seguir diretamente para São Paulo [...]. O comércio de gado tornou comum pelos dois séculos seguintes à presença de tropas no caminho que seguia do Rio Grande a São Paulo. E, paralelamente, foram surgindo nos locais de pouso e de descanso do gado, especialmente nos campos de Lages, os primeiros moradores permanentes. (SANTOS, 1977, p. 52-53)

Sendo este território a passagem e o estabelecimento das tropas de gado, principalmente muar e vacum oriundos da criação realizada na província vizinha, o tropeirismo ensejou a principal atividade econômica. Para Piazza: “Por outro lado, tem-se que Lages exerceu importante papel no controle da Fazenda Real sobre o comércio de gado, no Brasil



Meridional.” (PIAZZA, 1994, p. 80). Os animais viviam soltos e as divisas ou limites entre as propriedades eram, principalmente, os marcos naturais, como rios e riachos. Além da criação do gado, houve a extração e comercialização de madeira.

Para o trabalho no campo, isto é, na lida com os gados, o escravo tornava-se indispensável. Portanto, o comércio negreiro era intenso, desde a África (internacional) até os portos e pontos de venda no Brasil. Conforme afirma Manolo Florentino:

Entre a eclosão da Revolução Francesa e o fim do tráfico legal para o Rio de Janeiro, importavam-se africanos, sobretudo, para garantir a expansão das *plantations* de açúcar e de café do Sudeste, o crescimento das estâncias de gado do Sul do Brasil, a economia urbana e a produção para o abastecimento. Por isso, boa parte dos 715 mil escravos africanos desembarcados no porto do Rio era praticamente redistribuída, por via marítima, para as províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, [...]. (FLORENTINO In FRAGOSO [et al], 2006, p. 198).

Havia mão de obra disponibilizada pelo comércio de almas. Os fazendeiros paulistas e riograndenses, que se estabeleciam na província de Santa Catarina, mantinham contato com o comércio escravagista do Rio de Janeiro.

Gradativamente, com o estabelecimento dos fazendeiros em suas propriedades e com o trabalho dos escravos, começaram a se construir muros de pedras, as denominadas ‘taipas’. Estes muros erguidos em pedra eram destinados ao cercamento de espaços, para divisas com outras propriedades ou espaços internos da fazenda, como hortas, jardins.

A mão de obra escrava era utilizada em diversas atividades como de peão, lavrador, na extração da madeira e serviços domésticos. Conforme Queiroz: “[...] os primeiros tempos empregavam-se escravos, e escravos negros, nas fazendas maiores. Além dos outros afazeres, cuidavam principalmente da lavoura de mantimentos, aberta nas neugas de mata que por acaso se incluíssem na propriedade.” (QUEIROZ, 1966, p. 20).

Em 1777, o governo da Capitania de São Paulo, o Capitão-General Martins Lopes Lobo de Saldanha, solicitou o primeiro cadastramento da população da vila de Lages. Antonio Corrêa Pinto de Macedo (capitão-mor regente da vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão de Lages, Fronteira da capitania de São Paulo) declarou que a população era de 662 pessoas. Dessas, eram 367 entre brancos e pardos, 94 índios, 119 cativos e 10 pretos forros. (PEREIRA, 2006, p. 123).



Embora o número de escravos, se comparado, ao nordeste açucareiro e ao sudeste minerador, fosse de menor expressão. A pecuária extensiva foi uma das atividades econômicas que acentuou maior distribuição da mão de obra escrava na província de Santa Catarina. Ressaltamos que os escravos em nenhum momento formaram a maioria da população da província. Na primeira metade do século XIX (1803 a 1850), representavam cerca de 20%, e nas décadas seguintes houve diminuição no percentual. (PIAZZA, 1975).

Em Lages, no ano de 1840, a população escrava representava 18, 89%; em 1851, eram 14%; em 1872, eram 10,9% e, em 1881, houve o aumento para 20%. (COSTA, 1982; MARCON, 1998).

Analisemos o ano de 1875, quando o número de escravos em Lages supera o da capital Desterro. Era o segundo lugar na província, totalizando 1.658<sup>4</sup>, atrás somente de Laguna. Chama a atenção, a partir dos percentuais citados e levando-se em consideração que já estava em vigor a Lei do Ventre Livre (1871), que o escravo representava nos campos de Lages uma significativa parcela da mão de obra e de capital aos seus proprietários.

Na análise da população escrava no planalto serrano catarinense, Cabral informa:

[...] Quanto à formação social obedeceu ela ao tipo geral das sociedades pastoris. Em torno dos senhores das terras e do gado, da sua família que constituíam o núcleo da organização – as tarefas pesadas do pastoreio repartiam-se entre os escravos e os agregados, aqueles parte do domínio como propriedade do senhor, estes, a ele ligados pelos laços invisíveis, mas indiscutíveis de uma lealdade absoluta, dum pleno respeito e dum tal dependência econômica. (CABRAL, 1979, p. 93).

É possível explicar a atuação e a participação escrava no planalto, partindo da concepção que neste espaço houve a formação de uma sociedade escravista, pois a pecuária extensiva e a indústria do charque, aliadas à locomoção do gado de São Pedro do Rio Grande para São Paulo, propiciaram a utilização da mão de obra escrava. Sendo assim, incidiu-se um vasto fluxo de escravos africanos e afrodescendentes para esse local.

A povoação por fazendeiros na segunda metade do século XVIII – os sesmeiros – propiciou gradativamente a formação de núcleos populacionais, pois traziam consigo suas famílias, animais e a mão de obra escrava. Para Schwartz:

---

<sup>4</sup> Ver: NETO, Álvaro de Souza Gomes. **O Fundo de Emancipação de Escravos: funcionamento e resultados no Termo de Lages, Santa Catarina.** Texto apresentado no II Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.



[...] há a tentação de afirmar que a escravidão estava se tornando uma instituição mais amplamente difundida em fins do período colonial do que em qualquer outra época [...], estava ocorrendo no Brasil, em fins do período colonial o crescimento da economia interna e, por intermédio do desenvolvimento e da integração regionais, o início de um mercado nacional. (SCHWARTZ, 2001, p. 129-169)

Os tropeiros, mesmo que de passagem com suas mercadorias, impulsionam o desenvolvimento econômico e populacional local.

Os censos citados apontam para a presença, apesar da historiografia tradicional regional ao discutir a escravidão negra sempre comparar ao sudeste e nordeste brasileiro. Nos escritos do historiador Walter Piazza, ao estudar e levantar registros de batismo e os censos de ordenações, afirma que a população escrava, quando existente, era pequena e que a população do planalto catarinense de origem africana era já nascida livre ou liberta. (PIAZZA, 1999). Seguindo a mesma análise, descreve Santos: “Não havendo uma economia destinada a atender o mercado europeu, não surgiu também grande mercado de escravos. A maior parte dos escravos que veio para Santa Catarina, inclusive, já era nascida no Brasil”. (SANTOS, 1977, p. 65).

No entanto, os dados estatísticos e demográficos apontam para a existência de escravos e descreve como oriundos do Rio de Janeiro e das áreas mineradoras. (FLORENTINO, 1997, p. 39). O Rio de Janeiro foi o principal porto do tráfico negreiro na América portuguesa:

[...] em 1789 a capitania possuía 82 448 cativos, chegou há 146 060 trinta anos depois, e a 150 549 em 1823. A única resposta para este fenômeno é que o Rio de Janeiro contava com um poderoso fluxo externo e contínuo para a reposição de sua escravaria, representado pelo tráfico atlântico de africanos. [...] Ao menos no que se refere ao século XIX, há sólidas indicações de que o Rio provia por via marítima boa parte dos africanos importados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. (FLORENTINO, 1997, p. 33- 38)

No caso do Rio Grande do Sul, o suprimento de escravos para atividade charqueadora, especilmente a partir de 1825, era abastecido pelo mercado interno. (OSÓRIO, 1999, p. 195). Como o Rio Grande do Sul a província de Santa Catarina também era dependente do mercado localizado no sudeste.

No relatório de Conselho Municipal de Lages de 1864, após oitenta seis anos do primeiro registro batismal, há a descrição populacional e, sobre a população escrava, evidencia-se a presença de 1.496, distribuídos por gênero em 764 mulheres e 732 homens. Há



que destacar que o número de escravos por proprietários não era grande<sup>5</sup>, ou seja, formaram-se plantéis de pequeno e médio porte nas atividades de criação voltadas para o mercado interno.

Para nos reportamos à presença escrava, utilizamos registros de batismos encontrados nas fontes eclesiásticas da Paróquia Nossa Senhora do Prazeres de Lages. O historiador, ao trabalhar com estas fontes, entra em contato com registros realizados pela Igreja Católica, que no período possuía importância e relevância política e social. Para exemplificar, analisamos brevemente o período de 09 de julho de 1778 a 26 de novembro de 1788, primeiros dez anos de povoamento de Lages, onde tivemos 45 batismos de escravos.<sup>6</sup>

#### Batismos – 1778 a 1788

Tabela 01: distribuição por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Abs.</b>	<b>%</b>
Feminino	24	53,33
Masculino	21	46,67
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>

Tabela 02: Mães escravas e forras

<b>Condição das mães</b>	<b>Abs.</b>	<b>%</b>
Mães escravas	38	84,44
Mães forras	07	15,56
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100 %</b>

Tabela 03: Pais

<b>Registro que consta:</b>	<b>Abs.</b>	<b>%</b>
nome da mãe e do pai	19	41,22
somente nome da mãe	26	58,78
somente nome do pai	00	00
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100 %</b>

Tabela 04: Escravos do ‘fundador’ Corrêia Pinto e suas participações nos registros de batismo

<b>Escravos pertencentes ao Capitã-Mor Corrêia Pinto</b>	<b>Abs.</b>	<b>%</b>
Mãe	04	8,89
Pai	02	4,44
Madrinhas	04	8,89

<sup>5</sup> O Capitão-Mor Antonio Corrêia Pinto possuía 30 escravos em 1777. (PIAZZA, 1975, p. 75-76).

<sup>6</sup> Conforme: Livro de Registros. Batismo 1-3. Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Lages / SC. Sendo 24 meninas e 21 meninos. Somente um menino com mais ou menos nove anos, os demais inocentes (zero a um ano). Com relação às mães são 38 escravas e 07 forras. Destas forras 04 casadas com escravos. O nome do pai consta em 19 registros, os demais são denominados incógnitos. Nestes registros encontramos 04 mães, 02 pais, 07 padrinhos e 04 madrinhas escravos do fundador de Lages Capitão Mor Antonio Correia Pinto.



Padrinhos	07	15,56
	<b>17</b>	<b>37,78</b>
<b>Total de batismos</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>

O batismo era a comprovação da existência do indivíduo. Esse ritual integrava-o socialmente. Os dados apresentados demonstram que os senhores batizavam seus escravos. Neste período não temos um desequilíbrio significativo entre os sexos dos batizados, mas sim pequeno percentual de meninas maior.

O número maior de mães escravas, se comparadas às forras, pode ser explicado pela política da Coroa Portuguesa na manutenção da escravidão. O índice de crianças em que consta somente o nome materno associa-se à organização de famílias matrifocais. A presença feminina nestes registros poderá indicar o aumento no ‘plantel’ de escravos, isto é, na procriação.

Os registros com identificação dos pais de 41,22% possibilita a interpretação da existência de casais, logo teríamos neste espaço a formação e presença de famílias escravas, apesar de inexistência de grande número de escravos por proprietários.

Segundo Slenes:

Os índices de casamento entre escravos, a proporção de mães casadas, e a percentagem dos filhos que viviam com os dois pais, eram bem mais baixos nos plantéis pequenos (com menos de 10 pessoas) – plantéis que, por seu tamanho e instabilidade, limitavam severamente as chances de o escravo encontrar um cônjuge ou manter a família nuclear unida. (SLENES, 1988, p. 193).

Os escravos do Capitão-Mor Corrêia Pinto são 37,78% na participação na pia batismal, destaque as 04 mães e os 02 pais. A escolha de padrinhos e madrinhas da mesma condição jurídica aproximava-os nas relações sociais, ao mesmo tempo em que, nas escolhas de condições jurídicas diferentes, poderiam barganhar benefícios, entre eles o da segurança. A porcentagem maior é de padrinhos livres. Para Sheila de Castro Faria, “[...] praticamente nenhum homem livre ou liberto tinha como padrinho de seus filhos algum escravo, enquanto constantemente estes últimos tinham como padrinhos pessoas livres e libertas” (FARIA, 1998, p. 292).

Vimos que escravos nasceram nos campos de Lages, outros foram trazidos por seus proprietários, oriundos do comércio interno ou internacional e foram incluídos nos censos. A



propriedade suprida pela mão de obra escrava tornou exequível a organização da pecuária, através dos preadores de gado e com a efetivação de novos núcleos populacionais.

A fundação/criação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages significou um ponto de estratégia e vigilância no domínio da Coroa Portuguesa, além de ligação pelo interior da colônia e posterior do Império entre Rio Grande de São Pedro a Sorocaba.

Os dados e análises realizados têm por objetivo conduzir a novas fontes e a novas produções historiográficas acerca do trabalho escravo no interior da província de Santa Catarina.

### Fontes

Arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de Registros. Batismo 1-3. Lages / SC.

Relatório de Conselho Municipal de Lages de 1864. Museu Histórico Thiago de Castro – Lages SC.

### Referências

BORGES, Nilsen. **Terra, gado e trabalho: sociedade economia escravista em Lages (1840-1865)**. Florianópolis, 2005. (Dissertação de Mestrado).

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

\_\_\_\_\_. **Campanha do Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Licurgo. **O continente da Lages sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: FCC, 1982.

EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense: Bandeirantes e Tropeiros do Sertão de Curitiba**. Rio de Janeiro: Ed. Laudes, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana. (org.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.



- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 8ª ed. v. II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LAZZARINI, Sérgio. **História Demográfica da Paróquia de São João Batista de Campos Novos (1872-1940)**. UFSC. Florianópolis, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- MARCON, Frank. **Visibilidade e resistência negra em Lages**. São Leopoldo: Unisinos, 1998. (Dissertação do Mestrado).
- MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.
- OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói, RJ: UFF, 1999. (Tese de Doutorado)
- PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: UDESC editora/Ed. Resenha Universitária, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. Lunardelli/Ed. Da UFSC, 1983.
- PEDRO, Joana Maria, et al. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PEREIRA, Cláudio Nunes.(Org.). **Genealogia tropeira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Séculos XVII, XVIII E XIX. Vol. I, 2006**.
- SLENES, Robert W. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da família Escrava no século XIX. **Revista Brasileira de História**. V. 8, nº 16. São Paulo, mar.88/ago.88. p. 189-203.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado (1912-1915)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 2ª ed. Florianópolis: edição do autor, 1977.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 5 ed. Versão ampliada. Florianópolis, SC: Terceiro Milênio, 2004.
- SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru/SP. EDUSC, 2001.
- SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

Recebido em 01 de dezembro de 2011  
Aprovado em 04 de maio de 2012